

## DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DIRETIVO

Instituto para o Ensino Superior, I. P. (IES, I. P.)

**N.º 09/2026**  
**14/05/2026**

### **Comissão Paritária 2025-2028: Eleição dos vogais representantes dos trabalhadores – deliberação de abertura**

O sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP), estabelecido pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, sucessivamente alterada, prevê a constituição, no âmbito de cada serviço, de uma comissão paritária, como interveniente no processo de avaliação do desempenho (cfr. alínea d) do n.º 1 do art.º 55.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na atual redação).

A comissão paritária tem competência consultiva para, a pedido dos interessados, apreciar propostas de avaliação dadas a conhecer a trabalhadores avaliados, antes da homologação. Funciona junto do dirigente máximo de cada serviço e é constituída por quatro vogais, sendo dois representantes da Administração – em que um é membro do Conselho Coordenador da Avaliação (CCA) – e dois representantes dos trabalhadores.

Os vogais representantes da Administração são designados pelo dirigente máximo do serviço, em número de quatro, pelo período de quatro anos, sendo dois efetivos – um dos quais orienta os trabalhos da comissão – e dois suplentes (cfr. n.º 4 do artigo 59.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na atual redação).

Os vogais representantes dos trabalhadores são eleitos por estes, pelo período de quatro anos, em número de seis, sendo dois efetivos e quatro suplentes. O processo de eleição dos vogais representantes dos trabalhadores realiza-se através de escrutínio secreto, sendo os universos de eleitores e elegíveis coincidentes, abrangendo a totalidade dos trabalhadores do serviço (vide n.º 5 do artigo 59.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na atual redação).

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 109/2025, de 25 de setembro, que cria o IES, I.P., e aprova a respetiva orgânica, da Portaria n.º 374/2025/1, de 4 de novembro, que aprova os Estatutos do IES, I.P., e da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, que aprova a lei-quadro dos institutos públicos, e nos termos do n.º 6 do artigo 59.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na atual redação, o Conselho Diretivo do IES, I. P., deliberou, em reunião



realizada a 14 de maio de 2026, o seguinte, incluindo a aprovação da calendarização em anexo:

1. A equipa de Recursos Humanos deve diligenciar no sentido de permitir que a votação para a eleição dos representantes dos trabalhadores da Comissão Paritária decorra em formato digital, através de um formulário disponível na plataforma FORMS, com o objetivo de tornar o processo mais simples, acessível e inclusivo - especialmente considerando que vários trabalhadores do IES, I.P. se encontram deslocados noutras regiões do país.
2. Sejam assegurados o anonimato e a confidencialidade, indispensáveis a um processo eleitoral desta natureza.
3. A eleição dos vogais representantes dos trabalhadores decorra entre as 08:00 do dia 20 de maio e as 20:00 do dia 21 de maio de 2026, conforme calendarização em anexo, mediante a utilização de um link disponível no email que será enviado aos trabalhadores no dia 19 de maio de 2026.
4. A equipa de Recursos Humanos da Unidade de Contratação Pública e Gestão de Recursos Humanos assumirá as funções inerentes à mesa de voto, designadamente o apoio ao processo eleitoral e ao apuramento dos resultados.
5. Os elementos efetivos da mesa de voto serão os trabalhadores Pedro Filipe Tavares Martins, designado como Presidente da Mesa, Maria de Fátima Mocho Ferreira e Suzana Maria Santana Nunes dos Reis.
6. Os elementos suplentes serão os trabalhadores Carla Marina Reis Rodrigues Gil e Tiago da Costa Soares.
7. Os resultados do processo de eleição devem ser comunicados ao Conselho Diretivo pelo Presidente da Mesa até ao final do dia útil seguinte à realização das eleições.
8. São eleitos como vogais representantes dos trabalhadores do IES, I.P. os 6 (seis) trabalhadores que obtiverem o maior número de votos validamente expressos, não se considerando como tal os votos em branco.
9. De entre os 6 (seis) trabalhadores eleitos para a Comissão Paritária, serão vogais efetivos os 2 (dois) trabalhadores que tiverem reunido a maioria dos votos, sendo os restantes eleitos como vogais suplentes, por ordem decrescente, no sentido da votação realizada.

10. No caso de se verificar um empate em lugares determinantes para a Comissão Paritária, para a clarificação dos resultados, considerar-se-ão eleitos, de entre os trabalhadores que têm o mesmo número de votos, aqueles que tenham maior antiguidade no exercício de funções na Administração Pública.
11. A não participação dos trabalhadores na eleição implica, nos termos do n.º 7 do artigo 59.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, sucessivamente alterada, a não constituição da Comissão Paritária sem, contudo, obstar ao prosseguimento do processo de avaliação, entendendo-se como irrelevantes quaisquer pedidos de apreciação por esse órgão.

O Presidente do Conselho Diretivo

---

A Vice-Presidente

---

A Vogal

---



## ANEXO

SIADAP - Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro ( <i>sucessivamente alterada</i> ) Constituição da Comissão Paritária 2025-2028 CALENDARIZAÇÃO		
<b>18-05-2026</b>	Publicação da Deliberação de abertura do processo eleitoral dos representantes dos trabalhadores e caderno eleitoral homologado	<a href="https://iesuperior.pt">https://iesuperior.pt</a>
<b>19-05-2026</b>	Envio de email ao universo dos trabalhadores votantes na eleição dos representantes dos trabalhadores para a Comissão Paritária	<a href="#">email</a>
<b>20 e 21 de maio de 2026</b>	Eleições	Formulário disponibilizado através de link enviado por email
<b>22-05-2026</b>	Publicação da Deliberação com os resultados eleitorais	<a href="https://iesuperior.pt">https://iesuperior.pt</a>
<b>22-05-2026</b>	Publicação da Deliberação de constituição da Comissão Paritária	<a href="https://iesuperior.pt">https://iesuperior.pt</a>

